

RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.341 - PR (2017/0034947-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : AMADEU DE SOUZA MEIRA FILHO
ADVOGADO : FABIOLA DA ROCHA LEAL DE LIMA - PR061386

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 543-B, § 3º, DO CPC. REVISÃO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO. REPERCUSSÃO GERAL. DECADÊNCIA. LIMITAÇÃO DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO AO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. RECUPERAÇÃO DOS EXCESSOS DESPREZADOS NA ELEVAÇÃO DO TETO DAS ECS 20 E 41.

JUROS E CORREÇÃO. MONETÁRIA.

1. Tendo em vista que o pedido relativo à forma de cálculo dos reajustes não envolve a revisão do ato de concessão, não existe, neste caso, limite decadencial para que revise seu benefício.

1. Tendo em vista que o pedido relativo à forma de cálculo dos reajustes não envolve a revisão do ato de concessão, não existe, neste caso, limite decadencial para que revise seu benefício.

2. O Pleno da Corte Suprema, por ocasião do julgamento do RE 564.354, no dia 08 de setembro de 2010, reafirmou o entendimento manifestado no Ag. Reg. no RE nº 499.091-1/SC, decidindo que a incidência do novo teto fixado pela EC nº 20/98 não representa aplicação retroativa do disposto no artigo 14 daquela Emenda Constitucional, nem aumento ou reajuste, mas apenas readequação dos valores percebidos ao novo teto. Idêntico raciocínio deve prevalecer no que diz respeito à elevação promovida no teto pela EC 41/2003.

3. Em regra, a prescrição é quinquenal, contado o prazo concernente a partir da data do ajuizamento prescrição da ação. Sem embargo, restam ressalvadas as situações em que a ação individual é precedida de ação civil pública de âmbito nacional. Nessas hipóteses, a data de propositura desta acarreta a interrupção da prescrição.

4. As prestações em atraso serão corrigidas pelos índices oficiais, desde o vencimento de cada parcela, ressalvada a prescrição quinquenal, e, segundo sinalizam as mais recentes decisões do STF, a partir de 30/06/2009, deve-se aplicar o critério de atualização estabelecido no art. 1º-F da Lei 9.494/97, na redação da lei 11.960/2009.

5. Este entendimento não obsta a que o juízo de execução observe, quando da liquidação e atualização das condenações impostas ao INSS, o que vier a ser decidido pelo STF em regime de repercussão geral (RE 870.947), bem como eventual regramento de transição que sobrevenha em sede de modulação de efeitos.

6. Os juros de mora são devidos a contar da citação, à razão de 1% ao mês (Súmula nº 204 do STJ e Súmula 75 desta Corte) e, desde 01/07/2009 (Lei nº 11.960/2009), passam a ser calculados com base na taxa de juros aplicáveis à caderneta de poupança (RESP 1.270.439), sem capitalização" (fls. 270/271e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.

1. Ausente contradição, obscuridade, omissão ou erro, são rejeitados os embargos declaratórios, que não servem à rediscussão do julgado.

2. A mera desconformidade do embargante com a rejeição da tese que entende cabível deve ser atacada com o remédio processual pertinente, pois o recurso de embargos de declaração encontra-se restrito às hipóteses contidas no art. 1.022 do CPC.

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, além de negativa de prestação jurisdicional (art. 1.022 do CPC/15), violação aos arts. 10, 494 e 1.036 do CPC/15. Sustenta a parte recorrente, o seguinte:

"Trata o presente Recurso Especial do INSS de irrisignação contra o acórdão prolatado pelo E. **Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, em juízo de retratação, incorporou novos fundamentos à decisão recorrida, sem o crivo do contraditório.**

Note-se que o INSS interpôs recurso de embargos de declaração para ver aclarada a questão acerca da legislação aplicável à espécie, os quais restaram desacolhidos.

A Corte Regional, ao agregar novos fundamentos aos julgados em juízo

de retratação, sem o crivo do contraditório, **negou vigência ao disposto nos artigos 10, 494 e 1036 do CPC.**

De outro norte, ao negar provimento aos embargos de declaração, deixando de abordar os dispositivos pertinentes, **negou vigência ao art. 1.022 do Código de Processo Civil (CPC).**

2. DEMONSTRAÇÃO DO CABIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO

Da decisão do TRF não cabe outro recurso na instância local, o que configura decisão de última instância (CF/88, art. 105, III). A matéria restou devidamente prequestionada no julgamento recorrido. A interpretação do Tribunal Regional é contrária à lei federal, hipótese autorizativa do Recurso Especial, conforme a **CF/88, art. 105, inciso III, alínea 'a'.**

Presentes, pois, todos os requisitos para a admissão do Recurso Especial.

3. CONTRARIEDADE AO ART. 1.022 DO CPC - NULIDADE DA DECISÃO RECORRIDA POR NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

O CPC garante aos litigantes o direito a uma prestação jurisdicional clara, exata e sem omissões, a fim de que permita às partes a sua análise e o manejo dos recursos cabíveis.

O v. acórdão foi omissso na apreciação da legislação acima apontada, tendo o INSS interposto embargos de declaração para o esclarecimento da matéria e o prequestionamento da questão federal abordada nos embargos, sendo cabível a apreciação do tema pelo colegiado.

Ocorre, porém, que a C. Turma, ao negar provimento aos embargos de declaração, limitou-se a afirmar que inexistia omissão a ser sanada. Pondera-se que os embargos de declaração foram interpostos exatamente para elucidar a questão, visando buscar uma clara resposta jurisdicional acerca da matéria aduzida nos mesmos, sendo que se manteve a negativa em sanear as omissões havidas na apreciação do recurso interposto anteriormente.

Denota-se, portanto, que o julgamento dos embargos configurou uma negativa da prestação jurisdicional, pois recusou às partes a solução de uma questão adequadamente colocada.

Tudo o que o INSS busca é um provimento completo, em homenagem ao princípio da ampla defesa. Os embargos de declaração 'não consubstanciam crítica ao ofício judicante, mas servem-lhe ao aprimoramento.

Ao apreciá-los, o órgão deve fazê-lo com espírito de compreensão, atentando para o fato de consubstanciarem verdadeira contribuição da parte em prol do devido processo legal' (STF -2ª Turma, AI 163.047-5-PR-AgRg-EDcl, rel. Min. Marco Aurélio, j. 18.12.95, receberam os embargos, v. u., DJU 8.3.96, p. 6.223, 2ª col., em.).

Dito isso, conclui-se que o dispositivo do art. 1022 do CPC não foi respeitado pelo órgão julgador: o Tribunal a quo recusou-se a enfrentar ponto omissso no acórdão, razão pela qual deve ser anulada a decisão, retornando os autos para pronunciamento sobre as questões abordadas nos embargos de declaração.

4. DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO - INOVAÇÃO. NOVOS FUNDAMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 10, 494 E 1036 DO CPC

No caso dos autos, o INSS interpôs Recurso Especial quanto ao acórdão prolatado do E. Tribunal Regional Federal, **insurgindo-se contra o afastamento do prazo decadencial de que trata o artigo 103 da Lei 8.213/91 sob o fundamento de que a lei nova, instituidora de prazo de decadência do direito de revisão de benefício previdenciário, não se aplica àqueles benefícios concedidos antes do início da sua vigência.**

A Vice-Presidência da Corte Regional encaminhou os autos à Colenda Turma julgadora para fins de aplicação do art. 1.036 do CPC, a qual **cumpriria somente realizar a manutenção do julgado ou se retratar, conforme a decisão dada pelo Supremo Tribunal ao apreciar o Tema nº 313 da repercussão geral.**

Além disso, **o art. 10 do NCPC**, consagrando o modelo cooperativo do processo civil pátrio, não permite que alguma questão seja decidida sem que se tenha dado oportunidade ao contraditório.

Desse modo, **não poderia a Turma trazer fundamento diverso à decisão, sem que tenha ocorrido prévia manifestação das partes.** À conferência:

Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Todavia, **a C. Turma alterou/agregou fundamentos ao julgado, o que consubstancia em violação aos artigos 10 e 494 do CPC, uma vez que incorporou um novo fundamento à decisão sem o crivo do contraditório, ou seja, no caso em exame concluiu-se**

que a pretensão da parte autora não envolve a revisão do ato de concessão de seu benefício, motivo por que se aplica o prazo decadencial de que trata o artigo 103 da Lei 8.213/91, o que não foi abordado no acórdão anterior.

Nesta ótica, em respeito à ordem processual, deveria ter havido a retratação pela aplicação do entendimento consolidado no E. STJ e STF ou simplesmente mantida a decisão pelos próprios fundamentos, devolvendo-se os autos para o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos pelo INSS.

Assim sendo, requer seja dado provimento ao presente recurso para anular o julgado recorrido, com o encaminhamento dos autos à origem para que a C. Turma julgadora realize novo juízo de retratação, sem agregar novos fundamentos ao que já foi decidido" (fls. 281/288e).

Por fim, "uma vez demonstrada contrariedade à Lei Federal - artigos 10, 494 e 1036 do CPC- o INSS requer seja o recurso conhecido e provido, a fim de que haja a reforma do acórdão regional nos termos explicitados supra. Se assim não entender a C. Turma, o INSS requer a anulação da decisão que rejeitou os embargos de declaração, por afronta ao artigo 1.022 do CPC, para que o Tribunal Regional profira outra, suprimindo a omissão sobre a matéria federal que embasa a tese do recorrente" (fl. 287e).

Com contrarrazões, o Recurso foi admitido na origem (fl.297e).

O Recurso Especial merece prosperar quanto à alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Quanto a esse ponto, verifica-se que a parte recorrente opôs Embargos de Declaração, na origem, suscitando, no que interessa:

1. DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO - OMISSÃO. INOVAÇÃO NOS FUNDAMENTOS

Nos termos do art. 494 do NCPC, temos que, verbis, Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la I - para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte inexistências materiais, ou lhe retificar erros de cálculo; II - por meio de embargos de declaração.

No caso dos autos, o feito foi encaminhado a esta E. Turma para fins de aplicação do art. 1.036 do CPC, razão pela qual cumpriria somente realizar a manutenção do julgado ou se retratar, conforme a decisão dada pelo Supremo Tribunal ao apreciar o Tema nº 313 da repercussão geral.

Além disso, **o art. 10 do NCPC, consagrando o modelo**

cooperativo do processo civil pátrio, não permite que alguma questão seja decidida sem que se tenha dado oportunidade ao contraditório. Desse modo, não poderia a Turma trazer fundamento diverso à decisão, sem que tenha ocorrido prévia manifestação das partes.

Todavia, a C. Turma alterou/agregou fundamentos ao julgado, o que consubstancia em violação aos artigos 10 e 494 do CPC, uma vez que incorporou um novo fundamento à decisão sem o crivo do contraditório, ou seja, no caso em exame concluiu-se que a pretensão da parte autora não envolve a revisão do ato de concessão de seu benefício, motivo por que se aplica o prazo decadencial de que trata o artigo 103 da Lei 8.213/91, o que não foi abordado no acórdão anterior.

Nesta ótica, em respeito à ordem processual, deveria ter havido a retratação pela aplicação do entendimento consolidado no E. STJ ou simplesmente mantida a decisão pelos seus próprios fundamentos, ou seja, que os benefícios deferidos antes de 27 de junho de 1997 (data da edição da MP 1523-9) não estão sujeitos a prazo decadencial, devolvendo-se os atos para o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos pelo INSS.

2. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer o INSS seja sanada a omissão apontada com o provimento destes embargos, inclusive com efeitos infringentes no que tange a violação do art. 103 da Lei 8.213/91, bem como os artigos 10, 94 e 1.036 do CPC" (fls. 272/274e).

Apesar disso, a questão não foi objeto de análise, pois, da leitura do acórdão que proveu os Embargos de Declaração, somente, para fins de prequestionamento, ficou consignado, apenas:

"Trata-se de embargos de declaração, opostos pelo INSS, objetivando sanar omissão no acórdão recorrido.

Em suas razões, alega o embargante que o voto condutor deve ser aclarado, em síntese, por ter afastado a decadência com fundamentos diversos dos que embasaram o acórdão originário, acarretando violação ao contraditório.

Ademais, aduz que não houve referência quanto ao artigo 103, da Lei 8.213/91.

Ainda, requer o prequestionamento dos dispositivos apontados na decisão para fins recursais.

É o sucinto relatório.

Do exame dos autos, não verifico quaisquer das hipóteses ensejadoras dos embargos declaratórios, na medida em que a decisão foi devidamente fundamentada, com a apreciação dos pontos relevantes e controvertidos da demanda.

Muito embora a parte embargante alegue omissão, **o que pretende é a rediscussão da matéria tratada no acórdão, inexistindo qualquer ponto a ser sanado por esta Corte.**

Cabe atentar que esta Turma claramente apreciou a matéria tratada nos embargos declaratórios, conforme excerto do voto que transcrevo:

(...)

Os temas discutidos nestes embargos foram diretamente enfrentados no voto condutor, nada havendo daí a suprir ou aclarar.

O que se constata, em verdade, é a nítida intenção dos embargantes de afastar os fundamentos da decisão Colegiada - contrários aos seus interesses - rediscutindo o mérito da causa para obter a modificação do julgado, o que se mostra incabível em sede de embargos de declaração.

Entendendo a parte que o julgado não aplicou corretamente o direito, deve buscar a reforma da decisão mediante o uso de recursos aos Tribunais Superiores, não lhe sendo lícito rediscutir suas teses em sede de embargos de declaração. **A mera desconformidade do embargante com a rejeição da tese que entende cabível deve ser atacada com o remédio processual para tanto, porque, o âmbito dos embargos de declaração, repita-se, encontra-se restrito às hipóteses contidas no art. 1.022 do CPC.**

Destaca-se, também, que os efeitos modificativos (infringentes) do julgado são avessos aos embargos declaratórios, os quais são recurso apenas de forma, cujo objetivo é o aperfeiçoamento da decisão judicial, não a redecisão da matéria julgada.

Dispositivo Ante o exposto, voto por rejeitar os embargos de declaração" (fls. 275/280e).

Por sua vez, do acórdão que julgou o Recurso de Apelação, extrai-se o seguinte teor:

"Trata-se de ação proposta em face do INSS na qual a parte autora objetiva a revisão de seu benefício previdenciário, concedido em 20/09/1993, a fim de que seja recalculada a renda mensal inicial, requerendo que a incidência do teto se dê apenas no pagamento do benefício.

Da sentença que reconheceu a decadência do direito a parte autora

interpôs apelação, requerendo a procedência da ação, nos termos da inicial.

Em sessão realizada em 25/08/2010, a Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso para afastar a decadência, e, no mérito, julgou improcedente do pedido do autor.

Foram interpostos recursos especial e extraordinário, sendo que ao recurso especial interposto o STJ negou seguimento (fls. 143-222).

Pelo despacho da fl. 223, a Vice-Presidência determinou a devolução do feito a esta Turma, para os fins do art. 543-B, § 3º, do CPC (Tema nº 76).

É o relatório.

(...)

Juízo de Retratação

Cuida-se de reexame de acórdão anteriormente proferido, nos termos dos artigos 543-B, § 3º, do CPC/1973, sendo a matéria controvertida relativa à incidência dos aumentos do teto máximo do salário-de-contribuição previstos nas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/2003 aos benefícios previdenciários concedidos anteriormente a sua vigência.

Decadência

Observo, inicialmente, que o prazo decadencial do art. 103 da Lei nº 8.213/1991 incide sobre alterações no ato de concessão do benefício e na espécie isto não é buscado. O que pretende a parte autora é o recálculo do primeiro reajuste e a incidência imediata de novos tetos (introduzidos pelas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003) aos recebimentos mensais de seu benefício, assim não incidindo restrição a prazo sucessivamente reaberto pelos novos pagamentos.

Note-se, inclusive, que definiu em precedente o Supremo Tribunal Federal, por compreensão que compartilho, serem os tetos (limites máximos do salário-de-contribuição e para o pagamento de benefícios) elementos externos ao cálculo do benefício, não envolvendo, portanto, o ato de concessão.

Dessa forma, tendo em vista que o que pretende a parte autora não envolve a revisão do ato de concessão de seu benefício, não existe, neste caso, limite decadencial para que revise seu benefício.

(...)

Assim sendo, tendo em vista as razões expostas, conclui-se que o pedido inicial procede no ponto, razão pela qual **condeno o INSS a proceder à revisão da renda mensal inicial do benefício da**

parte autora, com a incidência dos tetos introduzidos pelas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003.

(...)

Dispositivo

Ante o exposto, voto por, em juízo de retratação, dar provimento ao apelo para condenar o INSS a proceder à revisão dos valores pagos no benefício do autor mediante a incidência dos tetos introduzidos pelas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003" (fls. 260/271e).

O provimento do Recurso Especial por contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, atual art. 1.022, II, do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, os seguintes motivos: **(a)** que a questão supostamente omitida tenha sido invocada na Apelação, no Agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuide de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** a oposição de Aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanar a omissão em relação ao ponto; **(c)** que a tese omitida seja fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderá conduzir à sua anulação ou reforma; **(d)** a inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão.

Tais requisitos são **cumulativos** e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

In casu, entendo presentes tais pressupostos a evidenciar a patente violação do art. 1.022, II, do CPC/2015.

Com efeito, da análise do acórdão recorrido, verifica-se que, não obstante a alegação nos Embargos de Declaração (fls. 272/274e), onde o recorrente insiste que "o art. 10 do NCPC, consagrando o modelo cooperativo do processo civil pátrio, não permite que alguma questão seja decidida sem que se tenha dado oportunidade ao contraditório. Desse modo, não poderia a Turma trazer fundamento diverso à decisão, sem que tenha ocorrido prévia manifestação das partes". E que "a C. Turma alterou/agregou fundamentos ao julgado, o que consubstancia em violação aos artigos 10 e 494 do CPC, uma vez que incorporou um novo fundamento à decisão sem o crivo do contraditório, ou seja, no caso em exame concluiu-se que a pretensão da parte autora não envolve a revisão do ato de concessão de seu benefício, motivo por que se aplica o prazo decadencial de que trata o artigo 103 da Lei 8.213/91, o que não foi abordado no acórdão anterior". Concluindo que "em respeito à ordem processual, deveria ter havido a retratação pela aplicação do entendimento consolidado no E. STJ ou simplesmente mantida a decisão pelos seus próprios fundamentos, ou seja, que os benefícios deferidos antes de 27 de junho de 1997 (data da edição da MP 1523-9) não estão sujeitos a prazo decadencial, devolvendo-se os atos para o juízo de

admissibilidade dos recursos interpostos pelo INSS" (fl.274e), observo que o **Tribunal de origem não examinou tal alegação**, limitando-se a decidir, em sede de aclaratórios, pela ausência de vícios, haja vista que o acórdão analisou de forma eficiente os pontos relevantes da demanda

Portanto, tendo ocorrido omissão acerca do exame de questão invocada nos Embargos de Declaração opostos na origem, apontando a referida omissão, furtando-se, o Tribunal de origem, mesmo assim, a se manifestar acerca do referido ponto, o qual possui patente relevância, a ponto de conduzir à modificação do julgado regional, somado à inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente à manutenção do acórdão regional, **impõe-se acolher a preliminar de violação do art. 1.022, II, do CPC/2015**, para determinar o retorno dos autos para que seja sanada a omissão apontada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao Recurso Especial, para anular o acórdão que julgou os Embargos Declaratórios e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento, sanando-se o vício apontado. Restam prejudicadas, por conseguinte, as demais questões.

I.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora